



Santander Auto S.A.

CNPJ nº 30.617.319/0001-21

portal.santanderauto.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Santander Auto S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **A empresa:** Através da parceria entre HDI Seguros S.A. e o Banco Santander Brasil criou-se a Santander Auto S.A., com intuito de comercializar seguros de automóveis de forma 100% digital. **O Grupo:** A Companhia é integrante dos grupos HDI e Santander. Suas controladoras diretas são HDI Seguros S.A. e SANCAP Investimentos e Participações S.A. **Resultados**

e evolução patrimonial: A Seguradora registrou o total de R\$ 354.977 milhões de prêmios emitidos, e R\$ 52.576 milhões de lucro líquido. Para sustentar essa operação, a Santander Auto conta com ativos de R\$ 402.334 milhões e reservas de R\$ 251.787 milhões. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são

assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI e Santander, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		170.197	170.626	CIRCULANTE		260.031	206.042
Disponível		1.550	279	Contas a pagar	13	24.924	35.540
Caixa e bancos		1.550	279	Obrigações a pagar		15.219	27.620
Aplicações	5	85.420	120.390	Impostos e encargos sociais a recolher		4.621	3.991
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	33.238	15.489	Encargos trabalhistas		466	209
Prêmios a receber	6b	32.874	15.489	Impostos e contribuições		3.279	1.912
Operações com resseguradoras		364	—	Outras contas a pagar		1.339	1.718
Outros créditos operacionais		375	100	Débitos de operações com seguros e resseguros	14	8.531	3.702
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	2	1	Prêmios a restituir		9	104
Títulos e créditos a receber		2.167	930	Operações com resseguradoras		455	—
Títulos e créditos a receber		—	38	Corretores de seguros e resseguros		8.067	3.598
Créditos tributários e previdenciários	8a	2.099	850	Depósitos de terceiros	15	3.950	166
Outros créditos		68	42	Depósitos de terceiros		3.950	166
Outros valores e bens	9a	3.833	1.151	Provisões técnicas - seguros	16	222.626	166.724
Bens à venda		3.833	1.151	Danos		222.626	166.724
Despesas antecipadas		38	181	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.491	17.683
Custos de aquisição diferidos	10	43.574	32.105	Contas a pagar	13	43	18
Seguros		43.574	32.105	Tributos diferidos		43	18
ATIVO NÃO CIRCULANTE		232.137	126.624	Provisões técnicas - seguros	16	29.161	17.442
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		226.374	120.973	Danos		29.161	17.442
Aplicações	5	217.208	115.413	Outros débitos	17	287	223
Títulos e créditos a receber		3.191	1.987	Provisões judiciais		287	223
Títulos e créditos a receber		—	1.987	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	112.812	73.525
Créditos tributários e previdenciários	8a	3.191	—	Capital social		41.000	41.000
Custos de aquisição diferidos	10	5.975	3.573	Reservas de lucros		71.145	32.498
Seguros		5.975	3.573	Ajuste de avaliação patrimonial		67	27
IMOBILIZADO	11	334	431	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		402.334	297.250
Bens móveis		334	431				
INTANGÍVEL	12	5.429	5.220				
Outros intangíveis		5.429	5.220				
TOTAL DO ATIVO		402.334	297.250				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.000	1.410	19.159	(13)	—	61.556
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	—	—	—	40	—	40
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	38.381	38.381
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	1.919	—	—	(1.919)	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	10.010	—	(10.010)	—
Juros sobre o capital próprio / dividendos	—	—	—	—	(26.452)	(26.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.000	3.329	29.169	27	73.525	147.021
Ajuste adoção inicial CPC 48	—	—	(79)	1	—	(78)
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	—	—	—	38	—	38
Perdas esperadas de ativos financeiros	—	—	—	1	—	1
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	51.576	51.576
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	2.579	—	—	(2.579)	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	36.747	—	(36.747)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(5.060)	(5.060)
Dividendos	—	—	—	—	(7.190)	(7.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.000	5.908	65.837	67	—	112.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Auto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235, 19º andar, Parte - Vila Olímpia, São Paulo. O capital da Companhia é detido em bases iguais pelas empresas HDI Seguros S.A. e Sancap Investimentos e Participações S.A. Os controladores em última instância são a HDI V.A.G. com sede em Hannover - Alemanha e Banco Santander S.A. com sede em Madrid - Espanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2025. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;** **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes;** **Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido.** **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro;** **Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras);** **Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas;** **Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais;** **Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários;** **Nota 11 - Imobilizado;** **Nota 12 - Intangível.** **2.4 Novas normas e interpretações:** **2.4.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Instrumentos Financeiros:** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicado quando referendado pela SUSEP. **2.4.2 Novas normas e interpretações adotadas: a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024: CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros e (II) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para o CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. **(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:** O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das

características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** **Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido.** **(II) Redução ao Valor Recuperável (*impairment*):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios, a depender da situação inicial no momento da compra do ativo e da situação atual de capacidade de pagamento da contraparte: **Estágio 1 - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses:** calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2 - (*Life-long calculation*) Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro:** neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3 - Perda esperada a partir do valor de mercado:** Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior.

Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48

	CPC 38 31/12/2023	Reclassifi- cações	Remensu- rações	CPC 48 01/01/2024
Saldo Inicial de acordo com o CPC 38	73.525			73.525
Adoção inicial CPC 48	—	(a)	—	(78)
Saldo final de acordo com o CPC 48	73.447			73.447
(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023. Sobre o valor registrado de adoção inicial (R\$ 78) foi calculado impostos de R\$ 12 de CSLL e R\$ 19 de IRPJ.				

Reconciliação dos ativos financeiros entre CPC 38 e CPC 48

	CPC 38 31/12/2023	Reclassifi- cações	Remensu- rações	CPC 48 01/01/2024
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação	120.390	(120.390)	—	—
Quotas de fundos de investimentos abertos	120.390	(120.390)	—	—
Disponíveis para venda	115.413	(115.413)	—	—
Letras financeiras do tesouro	115.413	(115.413)	—	—
Empréstimos e recebíveis	15.489	(15.814)	325	—
Prêmios a receber de segurados	15.814	(15.814)	—	—
(-) Redução ao valor recuperável	(325)	—	325	—
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	—	120.390	—	120.390
Quotas de fundos de investimentos abertos	—	120.390	—	120.390
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	—	115.413	—	115.413
Letras financeiras do tesouro	—	115.413	—	115.413
Custo amortizado	—	15.814	(362)	15.452
Prêmios a receber de segurados	—	15.814	—	15.814
(-) Redução ao valor recuperável	—	—	(362)	(362)
Total de ativos financeiros	251.292	—	(37)	251.255

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	19.1	354.977	254.628
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(56.290)	(50.793)
PRÊMIOS GANHOS		298.687	203.835
Sinistros ocorridos	19.3	(107.910)	(66.322)
Custos de aquisição	19.4	(66.964)	(45.105)
Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(8.448)	(6.736)
Resultado com resseguro	19.6	(315)	(393)
Receita com resseguro		334	—
Despesa com resseguro		(649)	(393)
Despesas administrativas	19.7.1	(50.948)	(40.166)
Despesas com tributos	19.7.2	(11.671)	(8.277)
Resultado financeiro	19.8	28.256	24.572
RESULTADO OPERACIONAL		81.257	61.258
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		81.257	61.258
Imposto de renda	19.9	(17.393)	(14.352)
Contribuição social	19.9	(10.926)	(8.448)
Participações sobre o lucro		(1.362)	(77)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		51.576	38.381
Quantidade de ações		44.903.896	44.903.896
Lucro líquido por ação - R\$		1,15	0,85

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	51.576	38.381
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	63	67
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(25)	(27)
Perdas esperadas de ativos financeiros	1	—
Resultados abrangentes	39	40
Total dos resultados abrangentes	51.615	38.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.576	38.381
Ajustes para:		
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	56.290	50.793
Variável do custo de aquisição diferido	(13.871)	(11.905)
Variável da despesa de resseguro	(1)	—
Provisão para redução ao valor recuperável	—	(213)
Outros ajustes	—	40
Depreciações e amortizações	1.421	647
Perdas esperadas de ativos financeiros	206	—
Variáveis nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(66.762)	(68.426)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(17.990)	(6.127)
Outros créditos operacionais	(276)	(100)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	(1)	—
Títulos e créditos a receber	(2.466)	(1.438)
Outros valores e bens	(2.682)	(456)
Despesas antecipadas	143	(42)
Contas a pagar	12.653	40.918
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.819	1.615
Depósito de terceiros	3.783	(683

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. v. **Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI Test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação as normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não-exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+ para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3: Default** ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos de contratos não-proporcionais e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em

valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos de informática, móveis, máquinas e utensílios que são utilizados na condução dos negócios. São mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*Impairment*) quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática - 5 anos. **3.6 Ativo Intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG é calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de até 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos vigentes, mas ainda não emitidos da data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Não Avisados (*IBNR*) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em três metodologias atuariais distintas usualmente praticadas pelo mercado. O Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados (*DFM*) considera a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo registro na Companhia, utilizando-se triângulos de *run-off*. Em conjunto ao Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados, a Companhia também aplica as metodologias de Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter - Ferguson (BF)* a fim de atingir a melhor estimativa final. A atualização da provisão é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, sendo distinta para *short e long tail*, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já ocorridos. O cálculo é realizado considerando a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes *ALAE*, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. A Provisão de Sucumbência, contabilizada juntamente à PDR, é constituída com metodologia análoga a *ALAE*. A atualização da provisão PDR é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, com o posterior rateio entre as parcelas de *ALAE* e Sucumbência. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (*IBNER*), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson (BF)*) para estimativa do *IBNP* - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de prêmios ou sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/22, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções Prefixada ou IPCA, conforme

determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, *IBNR* e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 12 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 44,03% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O Resultado consolidado do fluxo de "sinistros a ocorrer" do TAP está apresentado abaixo:

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel	168.634	91.900	(76.734)
Total	168.634	91.900	(76.734)

3.9 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 20b. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.13 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurador, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Stefanello Dal Ri - Presidente
Denis Ferro Junior - Vice-Presidente

Cezar Augusto Janikian
Reinaldo Amorim

DIRETORIA

Paolla Gray Caldas
Diretora Presidente
Gustavo da Rocha Rodrigues
Diretor Administrativo-Financeiro

Rafael de Gouveia Ramalho
Diretor Técnico
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretora de Controles Internos

Rogério do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes
Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da Santander Auto S.A. - "As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas

demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>. Os referidos relatórios do auditor independente, do auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 2025, sem modificações." O relatório do

auditor independente foi emitido em 26 de fevereiro de 2025, e o relatório do auditor atuarial independente em 25 de fevereiro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

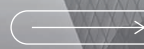
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ESTADÃO

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES

CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE